

SUMÁRIO

Prefácio à 1ª edição	11
Apresentação à 2ª edição	15
Introdução	17

PARTE I ELEMENTOS DE UMA TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS

1	Uma teoria geral dos direitos humanos fundada na prática	25
2	Conceito de direitos humanos	29
3	Terminologia	32
4	A estrutura das normas de direitos humanos: entre os princípios e as regras	38
5	A fundamentação dos direitos humanos	40
5.1	Os negacionistas	40
5.2	Os jusnaturalistas	42
5.3	Os positivistas	45
5.4	A fundamentação moral	46
6	Do que falamos quando falamos de normas internacionais de direitos humanos?	49
6.1	Os tratados internacionais	49
6.2	O costume e os princípios gerais do Direito Internacional	53
6.3	O enigma da internacionalização dos direitos humanos	56
6.4	O regime objetivo dos tratados de direitos humanos	63
6.5	As obrigações <i>erga omnes</i>	64
6.6	A soberania nacional e o Direito Internacional dos direitos humanos	69
7	A classificação do rol de direitos humanos	71
7.1	As gerações de direitos humanos	71
7.2	As classificações dos direitos humanos no Direito Internacional: os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, culturais e sociais	76
8	A interpretação dos tratados de direitos humanos	80
8.1	Noções gerais	80

8.2	O princípio da interpretação <i>pro homine</i>	82
8.3	O princípio da máxima efetividade	84
8.4	O princípio da interpretação autônoma	87
8.5	A interpretação evolutiva dos tratados de direitos humanos	88
8.6	O princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo	89
8.7	A teoria da margem de apreciação	92
9	Os principais intérpretes	100
9.1	As Cortes Internacionais	100
9.2	Os comitês de monitoramento e as observações gerais	107
9.3	A revisão periódica universal, os relatores e órgãos assemelhados da ONU	110
10	A subsidiariedade da jurisdição internacional de direitos humanos	114
11	Direitos humanos internacionais e a essência contramajoritária	116
12	O dilema de Hamilton e a vigilância internacional dos direitos humanos	118

PARTE II CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNACIONAL

1	Considerações iniciais	123
2	Superioridade normativa	124
2.1	O conceito de <i>jus cogens</i> e sua evolução no Direito Internacional	124
2.2	O rol das normas imperativas	132
2.3	A proibição do uso ilegítimo da força, agressão e da guerra de conquista	133
2.4	O princípio da autodeterminação dos povos	135
2.5	As normas cogentes de direitos humanos	138
2.6	O que se espera dos Estados	140
3	Universalidade	143
3.1	O debate ainda em aberto: ser universal na diversidade	143
3.2	Conceito e consagração	146
3.3	As objeções à universalidade dos direitos humanos	150
3.3.1	O argumento filosófico	150
3.3.2	O argumento da falta de adesão dos Estados	151

3.3.3	O argumento geopolítico	152
3.3.4	O argumento cultural	153
3.3.5	O argumento desenvolvimentista	155
3.4	A reafirmação da universalidade dos direitos humanos	156
3.5	Perspectivas interculturais no século XXI	160
4	Indivisibilidade	163
5	Interdependência	165
6	Indisponibilidade	167
7	Limitabilidade	170
7.1	Noções gerais	170
7.2	O princípio da proporcionalidade	170
7.2.1	Conceito e origem	170
7.2.2	O uso da proporcionalidade na jurisprudência internacional	175
7.3	O abuso de direito	179
7.4	Estado de emergência	184
8	Caráter <i>erga omnes</i>	189
9	Exigibilidade	190
10	Abertura	194
11	Aplicabilidade imediata	196
11.1	Noções gerais	196
11.2	Os direitos sociais são autoaplicáveis?	198
12	Dimensão objetiva	205
13	Proibição do retrocesso	209
14	Eficácia horizontal	212

PARTE III O BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1	A importância dos direitos humanos internacionais no Brasil	221
2	Como o Direito Interno vê o Direito Internacional e como o Direito Internacional vê o Direito Interno: uma relação conturbada	222
2.1	Como o Direito Internacional vê o Direito Interno: o unilateralismo internacionalista	222
2.2	Como o direito brasileiro vê o direito internacional: os processos de formação, incorporação e impregnação das normas internacionais	225

3	Os tratados de direitos humanos antes da Emenda Constitucional n. 45/2004	226
3.1	A formação e incorporação dos tratados de direitos humanos antes da EC n. 45/2004	226
3.2	A hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos antes da EC n. 45/2004	230
4	Os tratados internacionais de direitos humanos após a EC n. 45/2004	234
4.1	O novo § 3º do artigo 5º: muito foi feito por nada?	234
4.2	A teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos	238
4.3	As outras consequências: a fase de formação e incorporação dos tratados de direitos humanos após a EC n. 45/2004	240
5	As fontes extraconvencionais de direitos humanos e o Brasil	243
6	O bloco de constitucionalidade	247
6.1	O bloco de constitucionalidade amplo	247
6.2	O bloco de constitucionalidade restrito	248
7	O controle de convencionalidade internacional	250
8	O Brasil e os mecanismos de controle pertencentes ao Direito Internacional dos direitos humanos	253
8.1	Os mecanismos aceitos pelo Brasil	253
8.2	A implementação das obrigações internacionais: a federalização das graves violações de direitos humanos	255
9	A interpretação internacionalista dos direitos no Brasil	261
10	Pelo diálogo das Cortes e a superação da era da ambiguidade	264
11	Pelo fim dos “tratados internacionais nacionais”	268
	Considerações finais: os desafios do século XXI	271
	Referências	275